



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DA CMA



PARECER UCI N° 004/2025
SOLICITADO: Memorando nº 04/2025 – CMA
REFERENTE: PRORROGAÇÃO DE PRAZO ao TERMO DE CONTRATO N° 006/2023
OBJETO: Empresa especializada para fornecer serviços de Assessoria, consultoria, monitoramento e treinamento na execução da 4ª FASE - Eventos de SST do eSocial.

P A R E C E R

I - RELATÓRIO

Foi remetido à esta Coordenadoria de Controle Interno o Processo Administrativo 036/2025, no qual requer análise de conformidade para o possível Termo de Aditivo referente a prorrogação do prazo de vigência e de reajuste de preço, baseado no Termo de Contrato 006/2023, celebrado em 28 de agosto de 2023, com vigência de 12 (doze) meses, sendo aditivado através de Primeiro Aditivo assinado em 21/08/2024, com vigência de 12 (doze) meses, entre a Câmara Municipal de Apuí/AM e empresa A. ZAU VIEIRA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ: 01.119.470/0001-31, residente na Rua Belo Horizonte, N° 19, Edif The Place Business, sala 1407, Bairro Adrianópolis, Manaus/AM.

Os artigos 31, 70 e 74 da CF/88, determinam as competências do Controle Interno na administração pública, que surgiu da necessidade de assegurar aos gestores o cumprimento das Leis, normas e políticas vigentes, através do estabelecimento de mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade, impedindo a ocorrência de fraudes e desperdícios, servindo de instrumento que visa garantir a efetividade, a produtividade, a economicidade e a rapidez na prestação do serviço público.

II - DA ANÁLISE DO PROCESSO

Inicialmente, deu-se a abertura regular para andamento do Processo Administrativo, uma vez que consta a autorização do Chefe do Poder Legislativo e do responsável pela área requisitante, com a definição clara do objeto a ser executado e a sua destinação devidamente fundamentada, com especificações, condições de participação, prazo de validade, unidade e espécie conforme observa-se na documentação acostada como Memorandos da Secretaria Administrativa, Ofícios, Anexos, Parecer Jurídico, Despacho da Presidência autorizando o prosseguimento do ato, uma vez que foi descrito de forma clara, e precisa, sem especificações excessivas, irrelevantes e/ou desnecessárias.

O contrato original é o Termo de Contrato 006/2023 que tem por objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviço de assessoria, consultoria, monitoramento e treinamento na execução de implantação da eSocial na 4ª fase – evento SST, Serviços de configuração, disponibilização de profissionais especializados e habilitados para a emissão de laudos médicos dos servidores e vereadores, e predial da Câmara, entrega eventos e monitoramento das etapas interna da 4ª fase do e-Social para atender a demanda da



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DA CMA



Câmara Municipal de Apuí, sendo esta fase atrelada ao envio das informações dos eventos S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador), S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Agentes Nocivos) do leiaute do eSocial.

O Termo Aditivo em epígrafe tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses, sendo este a segunda prorrogação, bem como ainda com reajuste de valor conforme resultado da correção de valores pelo IGP-M (FGV), como previsto na cláusula quinta do Termo de Contrato primitivo. Nesta esteira, cumpre registrar que o IGP-M/FGV, é um índice sujeito a variações expressivas, tanto positivas quanto negativas, o que pode impactar significativamente o equilíbrio econômico financeiro do contrato. Portanto, no ato da elaboração e pactuação, recomenda-se cautela na utilização deste índice, devendo o setor competente, efetuar a verificação do mesmo.

A referida prorrogação contratual se justifica em função dos serviços serem necessário e obrigatórios, sendo, portanto, de natureza continuada e indispensável, bem como ainda consta expediente da empresa contratada se manifestando interessada na prorrogação contratual.

Concernente aos aspectos orçamentários, e em conformidade com Declaração de disponibilidade orçamentária-financeira da Secretaria Financeira desta Casa, o serviço a ser contratado ocorrerão a custa da dotação orçamentária própria, rubrica 3.3.90.39 00, Outros Serviços de Terceiros-Pessoas Jurídicas, Projeto/Atividade 0101.01.031.0001.2.001, Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal de Apuí/AM, sendo que de acordo com a minuta do Segundo Termo Aditivo anexada aos autos, a prorrogação vigorará por 12 meses contados a partir de 28/08/2025.

Ainda em análise, avaliando a documentação apensada, foi comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Contratada, no entanto constatou-se que há algumas certidões trabalhistas/fiscais que se encontra com vencimento próximo e/ou vencida até a data da assinatura do Aditivo em tese, necessitando assim a devida atualização. A comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista é pré-requisito para celebração de contratos com a Administração Pública, incluindo os respectivos termos aditivos oriundos dos contratos. Ressaltamos, como medida de cautela, quanto à necessidade de manutenção das condições de habilitação acima denotadas quando da formalização dos pactos contratuais decorrentes da contratação ora em análise, bem como durante todo o curso da execução do objeto contratual.

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta Unidade está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida esta Câmara, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DA CMA



III - RECOMENDAÇÕES

Com base no exposto acima, e no que prevê a competência esta controladoria Interna vem neste parecer:

1. RECOMENDAR que junte aos autos deste Processo Administrativo Relatório do Fiscal de Contratos atinentes a execução dos serviços prestados durante a vigência do Contrato primitivo;
2. RECOMENDAR que se providencie e junte ao Processo em epígrafe, comprovação atualizada de regularidade fiscal e trabalhista da empresa interessada;
3. RECOMENDAR que na data da pactuação de tal aditivo, proceda-se a verificação do resultado acumulado da correção de valores pelo IGP-M (FGV); e,
4. RECOMENDAR que após Sanado as recomendações acima, seja efetivada a Contratação, seguida de publicação/ampla divulgação de extrato do referido aditivo nos meios eletrônicos exigíveis em legislação.

IV - CONCLUSÃO

Após a análise, por esta controladoria, do pedido de Segundo Aditivo do Termo de Contrato nº006/2023, originado da Tomada de Preços nº 003/2023-CPL, que tem por objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviço de assessoria, consultoria, monitoramento e treinamento na execução de implantação da eSocial na 4º fase – evento SST, Serviços de configuração, disponibilização de profissionais especializados e habilitados para a emissão de laudos médicos dos servidores e vereadores, e predial da Câmara, entrega eventos e monitoramento das etapas interna da 4ª fase do e-Social, esta controladoria interna é de PARECER FAVORÁVEL, ao aditamento contratual supracitado, considerando tudo o que foi exposto no item II e observando as RECOMENDAÇÕES contidas no item III deste parecer.

É o Parecer.

Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Apuí.

Apuí/AM, 20 de agosto de 2025.

DEUSA MONTEIRO DA SILVA
Coordenadora de Controle Interno
Portaria nº 050/2021